

O MÉTODO EM ARQUITETURA: CONCILIANDO HEIDEGGER E POPPER

Maria Lúcia Malard*

INTRODUÇÃO

Qualquer filósofo que por acaso deparasse com esse título haveria de pensar que a autora ultrapassara os limites de ousadia aos quais os não-especialistas nesse campo deveriam, por uma questão de bom senso, se restringir. E pensaria certo. A minha intenção é exatamente esta: ultrapassar os limites analíticos e críticos dentro dos quais os textos sobre arquitetura estão geralmente inscritos (e escritos). Como arquiteta de prancheta e professora de projeto não teria muita dúvida em dizer que a maioria desses textos não nos ajudam a fazer melhores projetos. Ajudam-nos, talvez, a fazer melhores textos; e às vezes nem isso. O que, então, nos ajudaria a fazer melhores projetos?

Foi a busca da resposta a essa pergunta, que me levou ao interesse pelas questões de método e de como elas se aplicam ao nosso campo de exercício profissional. Estava convencida de que, para melhorar os projetos que fazia — ou os que “ensinava” a fazer — eu precisaria de ao menos encontrar alguns indícios na direção da resposta procurada.

O estudo de qualquer assunto inicia-se sempre do mesmo modo: a partir de palavras-chave fazemos uma pesquisa bibliográfica, selecionamos os títulos que nos parecem mais próximos do assunto que queremos conhecer e passamos a lê-los e estudá-los. Evidentemente não fugi à regra. Dei entrada na palavra *method* (estava na Inglaterra) e algumas centenas de títulos se exibiram na telinha do computador. Fui sofisticando a busca até encontrar um subtítulo que me despertou grande curiosidade: *The phenomenological method of investigation*, da in-

* Arquiteta pela EA-UFMG (1966), PhD pela University of Sheffield - UK (1992), Professora Titular do Departamento de Projetos da EA-UFMG, Coordenadora do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

trodução do livro *Being and Time*, de Martin Heidegger. E então comecei a ler Heidegger. Não com a pretensão de entender tudo o que ele dizia, pois não tinha suficiente bagagem de leitura no âmbito da filosofia. Tinha apenas a expectativa de encontrar alguma coisa que eu pudesse entender e que assim me ajudasse a compreender os fundamentos da arquitetura, já que o a tentativa de trilhar o caminho dos dois Christopher, o Alexander (1966) e o Jones (1968), havia sido infrutífera.

Até hoje tenho dúvidas se entendi o que era para ser entendido daquilo que li de Heidegger. Entretanto estou certa de que o que eu entendi — ou julguei entender — me esclareceu muita coisa sobre a natureza do objeto arquitetônico. E isso me pareceu, sem dúvida, um caminho seguro para se chegar à resposta da pergunta “o que nos ajudaria a fazer melhores projetos?”

Antes de encontrar Heidegger e me afiliar incondicionalmente ao que eu supunho ser o seu desvelamento do “ser dos objetos” (no capítulo “The Worldhood of the World” de *Being and Time*) e, portanto, do “ser dos objetos arquitetônicos”, eu era leitora de Popper. E também me tornei incondicionalmente afiliada ao pensamento desse filósofo, principalmente depois de ler *Arte e Ilusão*, de Gombrich (1995). Popper me ensinou de modo muito convincente que o método de criação (ou o processo criativo, como preferem alguns autores) é sempre o mesmo, em qualquer situação em que ocorra alguma forma de conhecimento, seja nas ciências naturais, ciências sociais, seja nas artes. Por que então seria diferente nas áreas de aplicação como, por exemplo, nas engenharias ou na arquitetura?

Segundo Popper (1997), as ciências naturais e as ciências sociais partem sempre de problemas. Para resolvê-los elas usam o método de tentativa e erro, que é o mesmo utilizado pelo bom senso: temos um problema, construímos soluções e descartamos, uma após outra, aquelas que não resolvem bem o problema; finalmente ficamos com a que resolve. Nesse processo se dá o aprendizado. Temos então três etapas:

- O problema (ou situação problema).
- As tentativas de solução (hipóteses, conjecturas, teorias).
- A eliminação das soluções erradas (avaliação crítica).

A ciência nasce do conhecimento pré-científico, que é o senso comum, ou bom senso.

O problema é sempre anterior a qualquer observação ou percepção dos sentidos. A observação e a percepção auxiliam na formulação das hipóteses de solução (nas conjecturas). A eliminação dos erros se faz pelo método crítico. A ciência nasce quando o espírito crítico se desenvolve, através da discussão. O pro-

gresso científico consiste no fato de que as teorias são suplantadas e substituídas por outras. As novas teorias resolvem os problemas que as antigas resolviam e ainda resolvem novos problemas que não eram contemplados pelas antigas. A teoria de Einstein, por exemplo, resolve o problema dos movimentos planetários e da macromecânica em geral tão bem, ou talvez melhor, que a teoria de Newton.

Quando conseguimos falsear uma teoria nós aprendemos muito. Aprendemos não somente que ela é falsa, mas a razão pela qual é falsa. Aí nós temos um novo problema, que será um ponto de partida para um novo desenvolvimento científico.

Seria o processo de criação arquitetônica diferente disso? Suponho que não. Em arquitetura ocorre a mesma coisa. Gombrich, filiando-se às idéias de Popper diz:

“A faculdade de manter presentes na mente um grande número de relações é que distingue todo o desempenho mental, seja o de um jogador de xadrez, seja o de um compositor, seja o de um grande artista plástico.”
(1995, p. 329)

Eu acrescentaríamos ao elenco de Gombrich: “seja o de um arquiteto”.

Se fizermos uma reflexão sobre o processo de projeto em arquitetura constataremos, sem grandes dificuldades, o quanto ele se aproxima do que diz Popper: partimos de um problema (ou situação problema) que precisa de uma solução arquitetônica; elaboramos hipóteses de projeto (tentativas de solução); eliminamos aquelas que não resolvem o problema (considerados todos os seus aspectos estéticos, tecnológicos e funcionais) e escolhemos aquela que nos parece a melhor solução. Para a eliminação das soluções ruins (ou dos erros) nós usamos a crítica. Fazemos arquitetura por tentativa e eliminação de erros, tal qual um cientista faz ciência. Tal qual Gombrich nos ensina que um artista faz arte.

Mas os pensamentos de Popper parece inconciliável com o de Heidegger. E, no entanto, eu estava segura de que ambos me apresentavam os melhores caminhos para a arquitetura. Popper me explicava como era o processo de criação. Ajudava-me a afugentar os “espíritos dos lugares”, as “musas inspiradoras” e os “gênios criadores” que povoavam os escritos e as falas dos arquitetos. Heidegger me mostrava como definir o objeto a ser criado, como entender os seus atributos essenciais e como fugir dos metodologismos que, durante quase 20 anos, dominaram o discurso dos arquitetos (Malard, 1995). Isso suscitou em mim uma curiosa questão: Como poderiam ambos — Popper e Heidegger — aparentemente tão divergentes em suas abordagens, oferecer conjuntamente soluções para a minha pergunta fundamental “o que nos ajudaria a fazer melhores projetos

arquitetônicos?" Ao aprender com Heidegger a buscar as essências, eu contrariava Popper, mas era em Popper que eu encontrava a melhor explicação para o processo de criação em arquitetura. Era ele que me estimulava a projetar por tentativa e erro e a abandonar as metodologias que me fizeram debulhar exaustivamente intrincados procedimentos de levantamento, análise e tratamento de dados. A elucidação — e legitimação — do processo de tentativa e erro era um achado. Mais do que isso, a tentativa e erro era o único caminho que explicava a criação sem passar pelos 'espíritos', pelos 'gênios' e pelas 'musas'; e sem processar matrizes em computador.

Mas, como aceitar Popper, explicando a lógica da descoberta, e seguir buscando as essências de que fala Heidegger?

Foi o próprio Popper que me apontou o caminho: ele critica o essencialismo em ciências naturais e diz que ali não fazem sentido as perguntas de tipo "O que é uma força?" (que leva a definições, como queria Aristóteles). Às vezes as ciências sociais usam alguns termos de modo puramente nominalista, como inflação, deflação, depressão, etc. Mas as coisas mudam e os sociólogos começam a divergir se aquela situação era, por exemplo, depressão ou não. Aí então surge a necessidade de se investigar o que é a essência da depressão.

Popper(1944) diz que o papel das ciências sociais é entender e explicar as entidades sociológicas tais como o Estado, a ação econômica, os grupos sociais e outras. E isso só é possível se descobrimos suas essências. Na sua opinião, a tarefa das ciências sociais consistiria em distinguir o que é essencial do que é acidental nos fatos sociais.

Para Popper, as questões do tipo "O que é o Estado?", "O que é um cidadão?", "O que é o crédito?" não só são legítimas como são o típicas das ciências sociais.

Quando tratamos do fato arquitetônico, as abordagens metodológicas com inspiração nas ciências naturais (ou ciências explicativas) geralmente partem de questões do tipo "como isto funciona?" ou "como fazer isto?", o que pode levar à perda da compreensão da totalidade arquitetural.

A abordagem fenomenológica parte da questão "Para o que é isto?", que parece ser mais adequada aos propósitos arquitetônicos, uma vez que, conforme Heidegger(1962) nos ensina, considerado o propósito de um objeto, todas as ações desencadeadas para obtê-lo levarão em conta esse propósito e, por via de consequência, tendem ao sucesso da empreitada.

Aí reside a conciliação que eu almejava: a arquitetura, sendo uma interface

entre ciências sociais, ciências explicativas e artes, poderia muito bem ser heideggeriana na sua conceituação e popperiana na sua produção. Heidegger e Popper se conciliariam no campo da arquitetura, naquilo que a ela servisse ou interessasse.

O próximo tópico deste ensaio será dedicado à demonstração de como se aplica a questão heideggeriana “Para o que é isto?” para se chegar à compreensão da arquitetura nas suas dimensões simbólica, tecnológica e de uso. Partindo da abordagem fenomenológica da casa, prosseguiremos na elaboração conceitual dos atributos que as casas precisam possuir para serem um bom lugar de habitar. Isso nos dará os fundamentos para estabelecer a noção de ‘conflito arquitetônico’, que talvez possa nos ajudar a entender por que um objeto arquitetônico não é bom. Saber o que não é bom, via Heidegger, já é meio caminho andado na direção de eliminar os erros de nossas hipóteses de projeto e encontrar a que resolve o problema, via Popper.

ENTENDENDO O SENTIDO DE MORAR: PARA O QUE É UMA CASA?

Na primeira parte desta seção trataremos do conceito de morar, numa abordagem fenomenológica, com o objetivo de esclarecer a diferença — e as aproximações — entre a experiência de morar e o objeto casa, no qual essa experiência ocorre. Na segunda parte argumentaremos que o objeto casa pode também ser abordado fenomenologicamente, uma vez que ele é imbuído dos nossos propósitos, expectativas, imaginações, desejos e sonhos.

As reflexões de Heidegger(1971) sobre a relação entre morar e construir contidas no capítulo “Building Dwelling Thinking” do seu livro *Poetry, Language, Thought*(1971), e o trabalho seminal de Bachelard *The Poetics of Space*(1969) serão tomados como ponto de partida para se elaborar o conceito de morar. Os fundamentos para discutir a abordagem metodológica da casa como um objeto que faz a mediação do morar serão retirados da análise que Heidegger faz de ferramentas e que consta de seu *Being and Time*(Heidegger, 1962, p.99-114).

Casa e lar

Na língua inglesa as palavras *house* e *home* são frequentemente usadas como sinônimos sem que as pessoas se dêem conta de que estão falando de entidades diferentes. Em algumas expressões ambas realmente se referem à mesma categoria, como é o caso de *buy a house* e *home owners*. Nesse caso, as duas palavras são usadas para designar a casa como um bem imóvel que tem um valor comercial e uma existência concreta.

House e *home* poderiam ser traduzidas para o português como casa e lar. Entretanto, na nossa língua, não faria sentido dizer ‘proprietários de lar’ para designar aqueles que possuem casa própria. Os conceitos de casa e lar têm origens distintas e se referem a diferentes fenômenos. Entretanto nós usamos a palavra casa indiscriminadamente, tanto para designar o objeto (que compramos) como para indicar o lar (no qual moramos). Vamos então examinar a palavra, no seu conceito abrangente de casa e lar.

Segundo Bachelard(1969, p. 6), a casa é o feliz espaço onde o homem se defende das forças adversas; é o espaço que o homem ama. Sua primeira função é abrigar o sonho, proteger o sonhador e permitir que se possa sonhar em paz. A nossa casa é o nosso cantinho no mundo. Ela cria ordem no caos que é o mundo. É um elemento de estabilidade na nossa vida sem o qual nós nos sentimos dispersos e perdidos. A casa tem um imenso poder de integração dos pensamentos, memórias e sonhos da humanidade. Ela é uma fortaleza na qual nos abrigamos das agressões do mundo; é um ponto de referência de onde sempre partimos e para o qual sempre desejamos retornar. A casa de nossos pais é sempre mencionada como “lá em casa”, mesmo quando já não moramos nela. Bachelard, falando assim da casa, está nos descrevendo uma experiência existencial que se dá através do objeto construído casa. A nossa casa (objeto) incorpora a nossa morada, o nosso lar.

Dovey(1985) nos oferece uma maneira interessante de distinguir entre os dois conceitos de casa e lar, no seu artigo “Home and Homelessness”: casa é um objeto e lar é uma relação emocional e significativa entre as pessoas e as suas casas. A casa é onde se dá a experiência do lar. Para que se tenha uma idéia precisa do fenômeno morar, Dovey propõe que se analise a casa concebida como ordem, identidade e aderência.

A casa como ordem é caracterizada pelo modo de se ‘estar em casa’, isto é, pelo modo com que a pessoa se sente num lugar seguro e orientado no espaço (ordem espacial), no tempo (ordem temporal) e na sociedade (ordem sociocultural).

A casa como identidade é fortemente ligada à casa como ordem. Ordem é referente ao ‘onde’ uma pessoa se sente em casa; o sentido de identidade incorpora do ao fenômeno morar é relativo a ‘quem’ se sente em casa.

A casa como aderência expressa as relações que tornam significativa a experiência de morar: aderência ao passado, aderência ao futuro, aderência ao lugar e aderência às pessoas do lugar.

Korosec-Serfaty, no artigo “Experience and Use of the Dwelling”(1985), também adota a abordagem fenomenológica ao examinar o modo como a relação com a

casa é experimentada pelo morador. Ela propõe definir as características fundamentais do morar nas seguintes relações:

- 1- Estabelecimento de um interior/exterior.
- 2- Estabelecimento de visibilidade.
- 3- Apropriação.

O estabelecimento de uma relação interior/exterior é uma questão de demarcar as fronteiras que qualificam o espaço. Morar é estar dentro (num lugar) em oposição ao estar lá fora, no espaço infinito. Dessa oposição do lá dentro/lá fora emerge a questão da visibilidade. Qualquer moradia pode ser aberta e fechada, visível e escondida ao mesmo tempo. Portas e janelas propiciam visibilidade, tanto de fora para dentro como de dentro para fora. As paredes escondem o interior da casa mas também impedem que dela se veja o mundo lá fora. A apropriação é o processo de experimentar, na sua totalidade, o fenômeno de morar. Essas três características propostas por Korosec-Serfaty podem ser inscritas em quatro conceitos: territorialidade, privacidade, identidade e ambiência.

Como pode ser observado, tanto Dovey quanto Korosec-Serfaty baseiam sua interpretação do conceito de lar (morada) no trabalho de Bachelard. Dovey tenta estabelecer 'o que' é morar, enquanto Korosec-Serfaty focaliza sua atenção em 'como' a relação com a casa é experimentada pelo morador.

E a casa objeto, mencionada por Dovey, que espécie de entidade é essa? De que maneira ela interfere na experiência de morar? Pode ela — objeto — ser abordada fenomenologicamente?

O objetivo da próxima seção é discutir como a casa faz a mediação do lar e revela o morar. É uma tentativa de responder às questões acima, particularmente a última: como se aplicaria a fenomenologia à elucidação do objeto casa e em que extensão isso se daria. Examinaremos também se os conhecimentos que a abordagem fenomenológica nos propicia podem contribuir para a melhoria da qualidade das casas. Os fundamentos da nossa discussão estarão no entendimento que temos da "mundidade" do mundo, "The worldhood of the World", de Heidegger, constante do livro *Being and Time* (1962, p.91-145).

A casa como 'pronta-para-o-uso'

Heidegger (1962, p.91-145) enuncia que há dois sentidos diferentes para as coisas. O primeiro se aplica às coisas que o senso comum chama de matéria-prima, como uma pedra, por exemplo. Se perguntarmos "Para o que é uma pedra?", a questão será rejeitada como inaplicável e a resposta será "Não é para nada; é apenas uma pedra". Essa categoria de objeto, que é o que é, Heidegger chama de *present-at-hand* (presentes-ao-alcance).

O segundo sentido das coisas se aplica aos objetos sobre os quais a pergunta "Para o que é?" não pode ser recusada. Este é o caso do martelo. Se alguém pergunta "Para o que é um martelo?" a questão não pode ser respondida que ele não é para nada, que é apenas o que é, porque martelos são para martelar. Martelos são ferramentas (equipamentos) e todas as ferramentas são exemplos do segundo tipo de coisas que Heidegger descreve com *ready-to-hand* (prontas-para-uso).

Assim, a diferença entre uma coisa que é *ready-to-hand* e outra que é *present-at-hand* é que a primeira é 'para' se fazer alguma coisa, enquanto a segunda é apenas o que é. O *present-at-hand* é encontrado no mundo natural como matéria-prima ou substância. São as coisas do mundo, como diz Heidegger(1962). A palavra 'para' implica uma idéia de envolvimento, de propósito: o martelo é para martelar. O cabo do martelo é, por sua vez, 'para' que se possa manusear o martelo; por outro lado, a madeira da qual o cabo do martelo foi cortado era apenas uma madeira, um *present-at-hand*, quando a intenção e a ação do homem a transformaram num cabo de martelo, num objeto *ready-to-hand*. Poderia ter sido transformada em escada, em cadeira, em cama e assim por diante. O fato é que a madeira mudou de 'ser' madeira para 'ser' cabo de martelo, 'ser' escada, 'ser' cadeira, 'ser' cama. E mudou porque — e somente porque — um trabalho humano, intencional, foi a ela incorporado. Portanto, sempre que incorporamos trabalho a uma coisa *ready-to-hand* o fazemos com a intenção de transformar o que apenas 'é o que é', em uma coisa que 'é para' alguma outra coisa. O trabalho que o marceneiro fez na madeira trouxe o cabo do martelo ao mundo, deu existência a ele. No que o trouxe ao mundo, deu-lhe significado: o de ser cabo de martelo. Tal significado, entretanto, só pode ser capturado no contexto da ferramenta; um cabo de martelo só possui sentido se acoplado à cabeça do martelo, isto é, no contexto para o qual foi feito. O martelo, por sua vez, só pode ser totalmente compreendido no martelar. Só faz sentido assim, no seu propósito. Quem nunca viu um martelo e, portanto, não sabe para o que ele serve não verá sentido algum em um encontrado ao acaso, não saberá o propósito daquilo. Podemos dizer, então, que a essência do martelo é martelar, é aquilo 'para' o qual ele foi feito; a essência do martelo é a sua "equipamentalidade", como diz Heidegger(1962).

O ser da casa

Heidegger diz que na nossa vida no mundo nós encontramos equipamentos para escrever, costurar, trabalhar, transportar, medir e assim por diante. Revelar a natureza do ser que esses equipamentos possuem é um empreendimento fenomenológico, e a chave para fazer isso é desvelar a equipamentalidade (essência) desses equipamentos (ou ferramentas). Heidegger diz:

Equipment is essentially something in-order-to. A totality of equipment is constituted by various ways of the in-order-to, such as serviceability, conduciveness, usability, manipulability. (1962, p. 97)

Aqui acrescenta-se um novo conceito àqueles que foram considerados até agora: o conceito de totalidade de equipamento. O que significa isso?

De acordo com Heidegger, o *ready-to-hand* (o equipamento) pode ser um item de equipamento ou uma totalidade de equipamento, dependendo do contexto que está sendo examinado. No caso do martelo, ele é uma totalidade de equipamento à qual o cabo e a cabeça pertencem. Consequentemente, o cabo e a cabeça são itens de equipamento que pertencem à totalidade de equipamento que é o martelo. O martelo, por sua vez, pode vir a ser um item de equipamento no contexto de uma oficina, como também a oficina pode ser um item de equipamento de toda uma fábrica, e assim por diante. O cabo do martelo mostra-se como algo para manipular o martelo somente se estiver acoplado à cabeça do martelo, como já dissemos acima. Isso quer dizer que a equipamentalidade de um equipamento mostra-se apenas na sua relação com outro equipamento ou com o contexto do equipamento. Por exemplo, a caneta, o porta-canetas, a tinta, o papel, a lâmpada de mesa, a escrivaninha, as janelas, as portas, o cômodo, nunca se mostram (ou nunca se revelam) por si só. O que nós encontramos é o cômodo "and we encounter it not as something 'between four walls' in a geometrical spatial sense, but as equipment for residing. Out of this the 'arrangement' emerges, and it is in this that any 'individual' item of equipment shows itself". (id. 1962, p. 98)

Do arranjo das coisas no cômodo emergem os significados dos diversos itens de equipamentos ali presentes e somente assim esses itens se revelam em sua totalidade como peças individuais. Para apreciarmos o propósito (o para) de cada peça, ela deve ser examinada no contexto para o qual o seu ser está dirigido. Isso porque é somente no contexto que se revela a relação entre o equipamento e o seu propósito; é no sentar que a cadeira se revela; é no dormir que apreciamos a cama em todos os seus aspectos; é no escrever que conhecemos plenamente a caneta.

O quarto de dormir, por exemplo, é uma totalidade de equipamento para dormir. Como o quarto é uma peça da casa, então, para apreciar plenamente o quarto, o contexto da casa tem que ser considerado. Por sua vez, a casa, fenomenologicamente compreendida, é também uma totalidade de equipamento para morar. Levanta-se, então, a seguinte questão: Qual é a essência (a equipamentalidade) da casa?

Ora, se o martelo é para martelar, podemos dizer que a casa é para morar. A

essência do martelo é sua equipamentalidade, que é definida por sua adequação para martelar, que, por sua vez pode ser definida por sua maneabilidade, trabalhabilidade, dureza e resistência para martelar. Fazendo-se uma analogia com a casa, pode ser dito que a equipamentalidade da casa é definida por sua adequação ao morar, isto é, por sua habitabilidade.

Teremos então de examinar como essa habitabilidade pode ser desvelada e se a fenomenologia pode ajudar-nos nesse processo.

Para trabalhar essas questões veremos o que Heidegger diz sobre a abordagem fenomenológica das entidades que encontramos no mundo, que são *ready-to-hand* para fazer alguma atividade (equipamentos).

Heidegger escreve:

The Being of those entities which we encounter as closest to us can be exhibited phenomenologically if we take as our clue our everyday being-in-the-world, which we also call our 'dealings' in the world and with entities within-the world. (1962, p. 95)

A idéia chave desse texto parece estar no que ele chama de "*our dealings in the world and with entities in-the-world*". Nossa lida com entidades do e no mundo é o nosso dia-a-dia, são as nossas atividades cotidianas. Fazendo suas atividades cotidianas, o ser humano lida com toda sorte de ferramentas (ou equipamentos) que são parte de diversas rotinas que praticamos. Heidegger entende (e nós já analisamos anteriormente) que somente quando um equipamento é posto em uso, sua equipamentalidade (sua essência) se revela. Ele diz:

The hammering itself uncovers the specific "manipulability" (handlichkeit) of the hammer. (Heidegger, 1962, p.98)

A essência (a equipamentalidade) de qualquer equipamento — que Heidegger chama de *readiness-to-hand* — não pode ser capturada teoricamente. Para entender sua *readiness-to-hand*, nós temos que lidar com os equipamentos, usando-os e manipulando-os. Somente quem martela pode capturar a trabalhabilidade do martelo (sua *readiness-to-hand*). Seria também verdadeiro se disséssemos que somente quem mora pode capturar a habitabilidade da casa? Como isso ocorre?

Já foi dito que o *ready-to-hand* (equipamento) é encontrado no mundo. O estado que é constitutivo do equipamento é o estado de referência e engajamento: trabalhabilidade para, "detrimentalidade" de, adequabilidade a, e assim por diante. Martelar é o modo no qual a adequabilidade do martelo se torna concreta.

Mas o martelar do martelo não é uma propriedade do martelo, ao menos relativamente ao que as ciências explicativas chamam de propriedade. E quais seriam então as propriedades do martelo?

De acordo com Heidegger, o martelo, como *ready-to-hand*, não tem propriedades: ele tem predicados, atributos. Por outro lado, a pedra, a madeira, a argila têm apenas propriedades (dureza, resistência, permeabilidade, acidez etc.). Pode-se dizer que o martelo é desajeitado, que é muito pesado para o trabalho, mal balanceado ou que não tem uma boa pega. Matacões não são desajeitados ouajeitados, não são bem ou mal balanceados. Alguns adjetivos aplicam-se apenas a ferramentas, porque eles têm a ver com o uso que fazemos da ferramenta. Da mesma forma, as ferramentas devem ser adjetivadas como eficientes, jeitosas, etc. Uma argila, por sua vez, não pode ser dita ajeitada porque ela é (*present-at-hand*) e uma coisa ajeitada tem que ser ajeitada para algum propósito. Se a argila, como *present-at-hand*, não tem ainda propósito algum, pois dela podem ser feitas várias coisas ou coisa nenhuma, ela não pode ser adjetivada como se fosse 'para'. Ela, entretanto, possui propriedades que lhe são inerentes e que podem fazer dela a escolhida para ser um outro objeto *ready-to-hand*. O aço e a madeira com os quais se fazem os martelos também têm propriedades. Assim eles podem ser descritos física e quimicamente e em termos de cor, textura, cheiro, etc. Entretanto, as propriedades do aço e da madeira não nos dão pista alguma para responder à pergunta "Para o que é um martelo?" As pistas para averiguar essa questão se encontram nos predicados (atributos) do martelo; na sua adequação para martelar; enfim, na sua relação com quem martela.

Continuando a analogia, podemos dizer que a casa tem, nos seus elementos e componentes, uma dimensão *present-at-hand*: os materiais empregados podem ser descritos levando-se em conta suas propriedades físicas e químicas. Mas a casa, como totalidade de equipamento para morar, somente pode ser compreendida em termos de sua habitabilidade e somente suas características de habitabilidade — seus predicados — podem propiciar pistas para a resposta à questão "Para o que é uma casa?" Uma casa é 'para morar'; é uma totalidade de equipamento para morar.

O 'para', na verdade, é envolvimento. Martelar é o envolvimento do martelo, o propósito de sua trabalhabilidade e de sua adequabilidade. Morar é o envolvimento da casa. Mas o que é o envolvimento? Heidegger diz:

With the 'towards-which' of serviceability there can again be an involvement: with this thing, for instance, which is ready-to-hand, and which we accordingly call a 'hammer' there is an involvement in hammering; with hammering, there is an involvement in making something fast; with making something fast, there is an involvement in protection

against bad weather; and this protection 'is' for the sake of providing shelter for Dasein. (1962, p. 116)

Então o envolvimento do martelo é martelar 'para', e da casa é ser habitável 'para' o 'ser-no-mundo'.

Quando nós estamos desenvolvendo atividades ou, para usar as palavras de Heidegger, "when we concern ourselves with something", nós podemos encontrar entidades que não estão bem adaptadas para o uso que decidimos fazer delas: a ferramenta está estragada ou o material é inadequado para a finalidade que queremos. Nós descobrimos a inutilidade da ferramenta, não por observá-la e estabelecer suas propriedades "but rather by the circumspection of the dealings in which we use it. When its unusability is thus discovered, equipment becomes conspicuous. This conspicuousness presents the ready-to-hand equipment as in a certain un-readiness-to-hand". (id., 1962, p. 103)

Aqui Heidegger introduz o conceito de *unready-to-hand* e frisa uma vez mais que a essência das entidades somente pode ser capturada pela circunspecção da nossa lida no mundo. Somente agindo com as coisas é que conseguimos compreender as suas características essenciais. Assim, para a questão "Somente quem mora pode capturar a habitabilidade da casa?", a resposta é sim. Para a questão "Como?", a resposta parece ser: "By dealing with the item-equipments that belong to the totality of equipment called house." (id., 1962, p. 104)

Agora, uma outra questão é suscitada: se a habitabilidade da casa só pode ser capturada por quem mora nela, como poderiam os arquitetos ter acesso à experiência dessas pessoas, de modo que as casas que eles projetassem fossem plenamente habitáveis?

Seguindo o raciocínio de Heidegger, poderemos encontrar algumas pistas para uma resposta apropriada.

A casa unready-to-hand: introduzindo a noção de conflito arquitetônico

Quando alguma coisa se torna inútil para o propósito com que foi feita, isto é, quando um equipamento não pode ser usado 'para' a atividade na qual o equipamento tomaria parte fica prejudicada. Nesse caso, o propósito, a finalidade dessa coisa se torna explícita. Em outras palavras, quando um equipamento está quebrado, inadequado ou ausente, a atividade não pode ser desenvolvida propriamente e esse fato desvela a essência do equipamento. Para clarear essa questão, podemos usar o exemplo da casa. Uma casa deve proteger os moradores da chuva mas, em alguns casos, falha nessa sua missão. Por exemplo, quando tem

goteiras no telhado ou frestas nas esquadrias das janelas, a água da chuva entra. Sempre que isso acontece, a habitabilidade como um todo é afetada: os móveis serão danificados, as cortinas ficarão manchadas, a pintura será descascada. A cama terá de ser afastada da janela de modo que também não fique embaixo da goteira. O sofá da sala também terá que ser deslocado do seu lugar. Enfim, uma série de desarranjos terão de ser feitos para contornar o problema até que se faça um reparo nas janelas e no telhado. O fato é que a *unreadiness-to-hand* das janelas e do telhado afetou a vida de todos os moradores da casa. Com isso esses elementos se mostraram evidentes e mostraram também suas essências, os seus propósitos.

Vejamos o caso das janelas. Já discutimos aqui que a essência de um equipamento é sua equipamentalidade e que esta é caracterizada pelos predicados que o equipamento possui para cumprir seus propósitos.

Uma janela tem diversos propósitos:

- permitir a um cômodo ser iluminado com luz natural ou ficar escurecido;
- permitir e restringir a entrada direta do sol;
- prevenir a entrada de chuva e de poeira;
- permitir a renovação do ar e, ao mesmo tempo, evitar correntes de ar frio e ventanias;
- permitir a interação visual do exterior e interior e ao mesmo tempo assegurar privacidade aos moradores;
- embelezar a fachada;
- evitar a passagem do ruído exterior/interior.

Se a janela atende a todos esses propósitos para os quais ela foi desenhada e fabricada, ela não será especialmente notada; será apenas uma janela funcionando de acordo com o que se esperava. Do contrário, se a janela falhar em qualquer um de seus propósitos, ela se torna conspícua e aquele aspecto que está falhando irá nos afetar, nos incomodar. Surgirá então um conflito entre o morador afetado e a janela defeituosa. Essa idéia pode ser generalizada para qualquer equipamento: nenhum elemento ou componente será notado se funcionar dentro das expectativas que temos de seu funcionamento. Mas se qualquer coisa andar errado, aquele equipamento, como um todo (totalidade de equipamento), será notado, mesmo que apenas uma de suas partes não esteja funcionando de acordo. No caso da janela, as frestas da esquadria estão deixando passar água. A janela, entretanto, está correspondendo a vários outros dos seus propósitos, mas um único item que está *unready-to-hand* faz com que percebamos toda a janela como *unready-to-hand*.

Várias conclusões podem ser tiradas aqui:

- a- Qualquer totalidade de equipamento pode ser decomposta em itens de equipamento que, por sua vez, podem ser considerados totalidades de equipamento a serem decompostas até que nenhuma decomposição seja mais possível, a não ser modificando a natureza do ser de *ready-to-hand* para *present-at-hand*.
- b- A *readiness-to-hand* da totalidade de equipamento é sempre afetada se houver qualquer item que esteja *unready-to-hand*.
- c- A *unreadiness-to-hand* é conspícua somente quando o equipamento faz parte das nossas atividades do cotidiano. Quando tudo funciona dentro das expectativas nada se nota: uma janela que não tem problemas é, para nós, apenas uma janela. Pode-se concluir que todas as situações causadas por *unready-to-hand* são conflitos que revelam a própria essência do equipamento que falhou, permitindo-nos capturar essa essência teoricamente, ao observar e analisar o conflito.

Demonstramos até aqui que a casa é uma totalidade de equipamento para morar; a totalidade casa agrega itens de equipamentos que revelam a sua equipamentalidade (sua essência) nas atividades nas quais tomam parte. Os conflitos que surgem quando alguma atividade não pode ser realizada porque um equipamento falhou são reveladores da essência desse equipamento. A equipamentalidade de um item de equipamento pode prover pistas para que percebamos a equipamentalidade da totalidade do equipamento. Assim, se um telhado não está fazendo o seu serviço direito, toda a habitabilidade da casa estará comprometida.

Foi também demonstrado que a equipamentalidade da casa é sua habitabilidade e que essa habitabilidade é revelada pela *unreadiness-to-hand* (falta, defeito ou inadequação) de qualquer um dos itens de equipamento que pertençam à totalidade casa.

Passamos, então, à análise da habitabilidade, para explicar como ela está conexa aos aspectos vivenciais do 'sentir-se em casa'.

A HABITABILIDADE E AS DIMENSÕES FENOMENOLÓGICAS DE MORAR

Habitabilidade

O conceito que define a relação experiencial entre o homem e sua casa é 'morar' (ou habitar), isto é, o modo no qual se experimenta o 'sentir-se em casa'. Morar, que é sinônimo de habitar, é a fundamental característica do homem como ser-no-mundo; é mais do que estar sob um abrigo: é estar enraizado num

lugar seguro e pertencer àquele lugar. Assim, a edificação que o homem habita (seja para trabalhar, estudar, divertir ou residir) deve possibilitar que a relação com o 'morar' ocorra e seja plenamente experimentada. Essa condição é a característica essencial de qualquer edifício e é a essência do construir. A essa essência nós chamamos aqui de 'habitabilidade'.

Já demonstramos anteriormente por que a habitabilidade é a essência da casa-equipamento (a edificação); e que a casa-equipamento é o meio pelo qual o morar se torna possível. Foi também mostrado que, sempre que algum aspecto da habitabilidade vai mal — ou está *unready-to-hand* —, a experiência de morar é afetada no seu todo. Precisamos agora definir o que a habitabilidade compreende.

No seu livro **Poetry, Language, Thought** Heidegger dedica um capítulo inteiro à discussão entre construir e morar. O título desse capítulo é "Building Dwelling Thinking", no qual a ausência de hífen ou de vírgulas tem o propósito de reforçar a identidade das três categorias. Heidegger inicia sua análise com duas perguntas:

- a) O que é 'morar'?
- b) Como o 'construir' pertence ao 'morar'?

Na sua interpretação, o construir tem como objetivo o morar. Há edificações — como hangares, pontes, estádios, estações geradoras e semelhantes — que não são lugares de moradia mas, mesmo assim, estão no domínio do nosso morar ("in the domain of our dwelling"). A fábrica, por exemplo, não é a moradia do operário que nela trabalha, mas ela abriga os operários durante a sua jornada de trabalho; os operários se abrigam na fábrica 'para' o propósito de trabalhar. A expressão "se abrigam na fábrica" não tem o mesmo sentido de "moram na fábrica" porque o abrigo não tem a mesma conotação da moradia. O primeiro se refere a uma situação temporária, enquanto o segundo tem um caráter definitivo. Entretanto, ambos são habitações, pois que servem como abrigos do homem na sua lida no mundo. Nesse entendimento, o morar seria, em qualquer hipótese, a finalidade precípua de todas as construções. Podemos então concluir que todas as edificações, não importando quais sejam as suas finalidades funcionais, deveriam ser providas com os predicados que as qualifiquem como lugares de morar. No sentido mais amplo, todas as edificações deveriam possuir habitabilidade.

Desde Vitruvius, a dimensão funcional da arquitetura tem sido reconhecida. Ao definir "The Departments of Architecture" Vitruvius diz que todos os tipos de edificações deveriam ser construídas com referência à durabilidade, conveniência e beleza. Segundo ele, conveniência é "when the arrangement of the apartment

is faultless and presents no hindrance to use, and when each class of building is assigned to its suitable and appropriate exposure". (Pollio, 1960, p 1166-17)

Recentemente os arquitetos chamados modernistas praticamente consagraram a dimensão funcional em termos de racionalidade e eficiência. A conhecida declaração de Corbusier que "a casa é uma máquina de morar" expressa claramente um entendimento de que uma casa tem que possuir todos os requisitos e acessórios necessários para fazê-la eficiente como um lugar de morar. O problema é que, com o tempo, a sociedade de consumo dirigido e a especulação imobiliária reduziram os aspectos funcionais da casa apenas àqueles que contemplassem as necessidades das pessoas, descartando os aspectos simbólicos, que pertencem à dimensão do desejo. É bem verdade que os modernistas também estavam preocupados com o significado de sua arquitetura mas, ao romper completamente com as formas e as aparências do passado, eles também puseram de lado uma das principais características do morar: aderência ao passado (Dovey, 1985). Assim, suas preocupações com o significado foram distorcidas por seu preconceito contra aquilo que eles costumavam chamar de estilos fora de moda e corruptos (Loos, 1927) Uma estética nova e objetiva, expurgada dos ornamentos e idiossincrasias, era, aparentemente, o único objetivo modernista. Dessa maneira eles rejeitaram toda a história da humanidade, introduzindo uma estética que supostamente era independente do passado. Esse parece ter sido o equívoco fundamental dos modernistas: tentar reinventar o passado em vez de tentar compreendê-lo como ele próprio se apresentava, como culturalmente moldado através de sua história. A máquina de morar modernista não tem, portanto, o mesmo sentido e não é a mesma entidade que a casa-equipamento que estamos conceituando neste trabalho. A casa modernista — a máquina de morar — foi reduzida a uma máquina para a exclusiva função de abrigar um ente não contraditório e previsível, impulsionado apenas por suas necessidades, com se assim fosse o homem moderno. A casa-equipamento tem como objetivo mediar o morar do ser-no-mundo que o homem é; mediar o morar de um ser culturalmente enraizado e impulsionado a agir não só pelas suas necessidades, mas também por seus desejos. Essa é a principal diferença entre os dois conceitos de casa: a casa-equipamento, conforme definida fenomenologicamente por Heidegger, além de ser eficiente como uma máquina, tem que contemplar a dimensão simbólica para permitir a espacialização do desejo.

Today's houses may even be well planned, easy to keep, attractively cheap, open to air, light and sun, but do the houses in themselves hold any guarantee that dwelling occurs in them? (Heidegger, 1971, p.57)

Para ser um lugar seguro, a casa tem de ter paredes e teto; de outro modo seria um lugar inseguro contra as intempéries e os invasores. Os limites do pedaço de terra onde a casa se assenta também são imprescindíveis porque delimitam o

espaço vivido onde a experiência do morar terá lugar. O homem, que segundo Simmel (1971, p.118) poderia ser definido por sua habilidade de edificar e depois ultrapassar fronteiras, marca o seu território conspicuamente, construindo cercas ou muros para encerrar a sua moradia. Fazendo assim, estabelece a distinção entre o mundo exterior (o mundo profano) e o seu espaço vivido, o seu lugar sagrado. Essas duas categorias de espaço possuem diferentes características: o espaço externo é o reino do desconhecido, onde sempre há obstáculos a transpor e inimigos contra os quais lutar; é o espaço desprotegido nos quais os perigos e a adversidade moram (ver Eliade, 1961). O espaço interior da moradia é o reino da paz e da calma, no qual o homem pode sentir-se relaxado e protegido dos perigos do mundo.

Para se sentir em casa, o homem precisa se mover ao redor para realizar as suas atividades cotidianas. Morar demanda, portanto, uma certa quantidade de espaço como também todos os acessórios que participam dessas atividades cotidianas: a mobília, os eletrodomésticos, os objetos de decoração. Os diversos espaços da casa devem pois, conter todos os acessórios (itens de equipamento) que precisam estar ali, para a plena realização do morar. Não só precisam estar ali, como precisam estar em perfeita ordem e nos lugares adequados. Limpar e arrumar a casa são atividades essenciais no dia-a-dia. Elas contribuem para preservar a identidade do morador, pois o meio cultural demanda que tudo esteja limpo e organizado. Assim, os acabamentos da casa devem ser adequados à limpeza, para facilitar os cuidados domésticos. Manter todos os itens de equipamento funcionando são também atividades essenciais para o morar, uma vez que a rotina de sentir-se em casa será negativamente afetada se algum aparelho estiver estragado, impedindo a execução de alguma tarefa doméstica. A casa de uma pessoa tem também de ser reconhecida no assentamento em que se encontra. Isso reforça o sentimento de identidade do morador, pois ninguém gosta de ser confundido. Por isso a casa tem de ter uma boa aparência, ou uma aparência peculiar, com sinais que a identifiquem relativamente às outras casas. São todas essas características da casa — e do espaço externo do lote onde está edificada — que irão constituir as qualidades essenciais que chamamos aqui de habitabilidade; as qualidades que possibilitarão ao morador experimentar plenamente o fenômeno de morar.

Resumindo, podemos dizer que a habitabilidade compreende três grupos de qualidade:

- O primeiro grupo é primordialmente relacionado com a dimensão pragmática da casa, que é proteger o homem dos intemperismos. Assim, pertencem a esse grupo todos os atributos que qualquer casa tem de ter para assegurar estanqueidade à chuva, à umidade, ao vento, ao calor excessivo, ao frio intenso, ao ruído perturbador e assim por diante.

- O segundo grupo é primordialmente relacionado com a dimensão cultural e simbólica da casa, que é ser um lugar agradável, confortável e seguro para morar. Ele compreende os atributos relativos à forma e ao tamanho dos espaços, às características estéticas do exterior e do interior, os mecanismos de separar e diferenciar os lugares, as cercas, os muros, os espaços de transição entre o lá dentro e o lá fora, os mecanismos de defesa e proteção contra invasores e olhares intrusos, enfim tudo aquilo que se relaciona com os costumes culturais.

- O terceiro grupo é associado com os aspectos funcionais da casa. Ele engloba os atributos que facilitam o uso dos espaços nas atividades do cotidiano, tais como circulação, leiaute da mobília e dos equipamentos domiciliares (pias, tanques, vasos sanitários, aquecedores, etc.), os aspectos de facilidade de limpeza e manutenção, a disposição relativa dos cômodos de acordo com sua destinação e outras questões similares.

Essa distribuição de qualidades em grupos não significa que uma determinada qualidade não possa pertencer a mais de um grupo. Na verdade, é tão somente um modo de interpretar a habitabilidade da casa em termos das três maiores dimensões da habitação que seriam: a pragmática, a simbólica e a funcional. Como essas dimensões são inter-relacionadas, as qualidades que lhes dizem respeito também o são.

Após definirmos a habitabilidade em termos das qualidades que as edificações devem ter para mediar o morar, o nosso próximo passo será o de estabelecer a relação entre as dimensões fenomenológicas do morar e a habitabilidade das casas.

A dimensão fenomenológica do morar

Como foi mencionado anteriormente, segundo Korosec-Serfaty(1985) as dimensões fenomenológicas do morar podem ser definidas como:

- Estabelecer um interior/exterior. Essa dimensão suscita a questão da interioridade/exterioridade e da visibilidade/invisibilidade.
- Visibilidade é o olhar ao qual o morador está — ou não — exposto. A pessoa se permite — ou não — ser vista nas suas práticas domésticas, no seu uso do espaço. A dimensão da visibilidade se dirige à questão da apropriação.
- Apropriação é o fenômeno de viver-no-espaço, é a experiência dos lugares.

Essas dimensões básicas são expressas por fenômenos subjetivos que ocorrem no morar, isto é, por fatores comportamentais como privacidade, territorialidade, ambiência e outros.

As dimensões fenomenológicas do morar e os fenômenos a elas associados

Estabelecer um interior/exterior

Estabelecer um interior/exterior é transformar um espaço em lugar, demarcando-o. Esse é um processo de diferenciação e qualificação dos espaços. Diferenciação é o processo de escolher, definir, marcar e designar os lugares. Isso é conseguido quando fazemos alguma coisa no território escolhido, como, por exemplo, quando implementamos marcas e sinais denotativos, construímos muros, plantamos árvores, todo esse tipo de ação designativa e diferenciadora do sítio. Qualificação é o processo de conferir significados, de fazer um lugar ser 'para' alguma atividade. Já examinamos anteriormente como o homem cria os lugares arquitetônicos diferenciando e qualificando os espaços para desenvolver suas atividades. Assim, todo ambiente construído é submetido a esse processo de estabelecer um interior/exterior, essa demarcação do território, que é a maneira de distinguir o que é meu do que é dos outros (o privado do público). Não no sentido de estabelecer uma propriedade privada, com um bem imóvel, mas de estabelecer um domínio privativo, um universo particular. Demarcando e diferenciando lugares, o homem cria as suas raízes no mundo e estabelece uma conexão existencial com elas. Podemos concluir, então, que a dimensão fenomenológica do morar que consiste no estabelecer um interior/exterior compreende os fenômenos de territorialidade, aderência e privacidade. Sempre que o objeto casa não possui as qualidades que podem mediar esse fenômeno — ou sempre que essas qualidades estiverem *unready-to-hand* — surgirão conflitos na interação morador/moradia. Por exemplo, se não houver nenhuma marcação definindo o lote onde fica a minha casa, o meu sentido de territorialidade será negativamente afetado e isso será um conflito que estabelecerei com minha moradia. Certamente eu me empenharei em superar tal conflito fazendo qualquer tipo de marcação que me dê a noção de limite entre o que é o meu mundo, o meu 'lá dentro' e o mundo dos outros, o 'lá fora'. Essa marcação pode ser uma cerca precária, uma cerca viva, um muro, uma muralha ou o que quer que denote que aqui é o meu canto no mundo.

O escondido e o visível

O estabelecimento de um interior/exterior remete à questão de esconder ou exibir minhas práticas no espaço, o meu espaço pessoal. Porque a moradia é aberta para o exterior e, ao mesmo tempo, encerra o interior, ela revela e esconde, ela é segredo e exibição. São fenômenos relacionados a essa dimensão a privacidade e a preservação da identidade. Privacidade para aquilo que deve ser mantido em segredo e só para mim e para os meus; e afirmação da minha

identidade através daquilo que eu quero mostrar para os outros. Por exemplo, se uma janela é posicionada de um modo tal que permite ao transeunte vislumbrar minha intimidade, essa certamente será uma situação de conflito entre mim e a janela. Para que eu me sinta em casa, em privacidade, sem ser espiada por quem passa ou pelo vizinho, eu possivelmente tentarei modificar a situação de conflito, ou mudando a janela de lugar ou instalando algum dispositivo de proteção que me assegure a privacidade almejada (e fundamental para que eu me sinta em casa). O desenho da janela, por sua vez, terá de comunicar os meus valores estéticos, reafirmando minha identidade.

Apropriação

O meu ser interior cresce e se desenvolve através das ações que eu pratico no espaço. A impulsão do sujeito em direção ao mundo constitui-se no ordenamento das coisas, no espaço, 'para' desenvolver suas atividades. Ordenar as coisas no espaço significa criar e cuidar de lugares que nos são caros. Assim, o sentido de apropriação da moradia é ocupar efetivamente os lugares e deles cuidar com carinho. A apropriação faz com que eu tenha aderência ao lugar, ao seu passado e ao seu futuro; é também relacionada ao fenômeno de ambiência, que é a necessidade de se sentir confortável ao agir e ao cuidar. Quase todas as qualidades da casa-objeto são, de um certo modo, relativas à ambiência, pois é a ambiência que resume todas as demais qualidades.

Para ser plenamente apropriada, a casa precisa ser confortável em termos dos leiautes funcionais, da temperatura ambiente, da ventilação, da iluminação, das cores, da umidade, do ruído e de outros aspectos que interferem na qualidade ambiental. Se o telhado não permite um isolamento térmico adequado, o interior será ou muito quente ou muito frio. Isso constituirá uma situação de conflito e o morador agirá no sentido de superá-lo, mudando o telhado.

Do que dissemos até agora podemos concluir que:

- a) morar é uma característica fundamental do homem como 'ser-no-mundo';
- b) os edifícios são lugares de morar;
- c) a casa, sendo um edifício, é o lugar da morada;
- d) os fenômenos revelados no processo de morar são, basicamente, os de territorialidade, privacidade, identidade e ambiência;
- e) a casa é o objeto mediador do morar, isto é, o objeto no qual o homem espacializa o fenômeno constitutivo de 'sentir-se em casa';
- f) os elementos arquitetônicos que compõem a casa têm de possuir as qualidades — a *readyness-to-hand* — que lhes possibilitem cumprir a mediação do morar; que lhes permitam abrir lugar para as especializações do fenômeno morar;

- g) quando qualquer elemento está faltando ou estragado (se ele está *unready-to-hand*), ele provoca um conflito que acaba por revelar o fenômeno que está sendo afetado.

Elaborado o conceito de 'conflito arquitetônico', passaremos a discutir como poderia ser conduzida uma pesquisa de campo que tivesse por objetivo identificar os conflitos arquitetônicos presentes em habitações populares, com o propósito de elaborar um elenco de qualidades que essas habitações deveriam possuir.

LENDO ESPAÇOS

Introduzindo a noção de leituras espaciais

Os espaços arquitetônicos são sempre lugares significativos, porque são as espacializações da *praxis* social e, assim sendo, eles revelam muitas pistas sobre comportamentos e sobre relações sociais. Essa questão vem sendo de há muito estudada por sociólogos e antropólogos e, mais recentemente, por arquitetos. Desde então o foco da polêmica sobre a origem da forma arquitetônica foi deslocado do conceito modernista de dependência entre causa e efeito (que significa que a função segue a forma), para o entendimento de que existe um influência multilateral entre condicionantes físicos, necessidades psicológicas e elementos simbólicos na geração da arquitetura.

Amos Rapoport é um dos pesquisadores que mais têm contribuído para o desenvolvimento desse tema. O seu livro **House, Form and Culture** instituiu uma nova era na discussão das complexas interações existentes entre os aspectos funcionais das moradias e os fatores culturais — ou simbólicos — nelas presentes. RAPOPORT tentou provar que os fatores culturais são predominantes no desenho das casas vernaculares (casas não projetadas ou construídas por técnicos). Tal interpretação teve um grande impacto no meio arquitetônico, uma vez que ela contradizia muitos estudos sobre o modo como os materiais e os condicionantes tecnológicos (técnicas disponíveis e questões climáticas) determinavam o *design* dos edifícios. Em 1982 Rapoport publicou o livro **The Meaning of the Built Environment**, que é inteiramente dedicado à discussão de como os edifícios incorporam significados, de onde provêm tais significados e como eles são exibidos. De acordo com ele, quando o ambiente está sendo projetado (ou imaginado) quatro elementos estão sendo organizados: espaço, tempo, comunicação e significado (Rapoport, 1982). A palavra comunicação se refere aos processos não-verbais que as pessoas usam para veicular suas mensagens no ambiente construído. Embora não-verbal, essa forma de comunicação pode ser analisada e interpretada, desde que adequadamente abordada.

Duncan também tem o mesmo entendimento que Rapoport sobre os aspectos comunicacionais presentes no ambiente construído. Discutindo o papel que o ambiente construído exerce no processo de integração social, ele enfatiza a dimensão comunicacional da arquitetura dos lugares, quando eles são significativos e expressivos:

The built environment, in addition to providing shelter, serves as a medium of communication because encoded with it are elements of social structure.
(Duncan, 1985, p. 148)

Weigert, em *Sociology of Everyday Life*, também chama a atenção para o fato de que as estruturas arquitetônicas possuem significados concretos que expressam o modo de vida dos usuários. Ele escreve:

Humans do not live in empty space extending indefinitely in all directions from the self. Rather, the human capacity for symbolic transformation has made it possible for space to be captured and shaped into social meanings, which partially express the rationalities underlying each era and society. The decisive moment at which some primitive band of humans left the natural shelter of the cave, or began to fashion a lean-to against the glaring sun or the cold night winds, started the long and fascinating story of human attempts to transform space into shapes and sizes which mirror the projects and meanings of each society. The practical discipline of such systematic transformation is architecture, or the designing of buildings according to basic principles." (Weigert, 1981, p. 259)

Duncan (1985, p. 148) diz que o ambiente construído "speaks the language of objects" e sugere que ele poderia ser abordado como se fosse um texto, isto é, ele poderia ser lido, para ser compreendido e interpretado. Baseamo-nos nessa linha de raciocínio — a arquitetura como um sistema de comunicação — para elaborar uma metodologia que fosse capaz de empreender a investigação das espacializações que ocorrem nas moradias das populações da baixa renda. A hipótese é de que essa investigação tornará possível a identificação dos eventuais conflitos arquitetônicos que possam surgir nas interações entre os moradores e as moradias. A nossa expectativa é a de que, uma vez identificados, os conflitos podem ser analisados para que possamos conhecer os fenômenos que estão sendo afetados, o que nos permitirá interferir para corrigir os problemas nessas e em futuras moradias.

A metodologia da pesquisa de campo

Há vários métodos que os arquitetos empregam para averiguar quais são os pré-requisitos aos quais um determinado projeto deve atender. Esses procedimentos

metodológicos geralmente são tomados emprestados às ciências sociais e adaptados às peculiaridades da arquitetura e urbanismo. As técnicas de pesquisa das ciências sociais, em especial, têm servido de base para arquitetos e urbanistas levantarem dados relativos às necessidades espaciais de seus clientes ou para avaliarem o grau de satisfação dos usuários com suas moradias ou seus locais de trabalho. A técnica mais comum tem sido a entrevista por questionários, os quais, após serem devidamente preenchidos, são tabulados e tratados estatisticamente. Entretanto, entrevistar as pessoas é uma técnica que envolve uma série de procedimentos sobre os quais o arquiteto não possui uma formação consistente, pois a entrevista implica elaborar um bom questionário, entrevistar as pessoas a partir dele e avaliar as respostas segundo uma série de critérios e parâmetros preestabelecidos. Só a construção de um bom questionário já seria uma tarefa árdua para um arquiteto, uma vez que isso implicaria amostrar e testar os respondentes, codificar as respostas, analisar e interpretar estatisticamente os dados. Essas tarefas, decididamente, não fazem parte do treinamento que os arquitetos recebem em seus cursos e, na tentativa de empreendê-las, muitas vezes eles dependem da ajuda de sociólogos para. Foi na tentativa de superar essas dificuldades que elaboramos uma metodologia de pesquisa de campo adotando procedimentos que são familiares aos arquitetos e urbanistas. Além do que, são procedimentos coerentes com o escopo teórico deste trabalho.

Assim, a metodologia da pesquisa de campo consiste na Observação Sistemática dos casos escolhidos para estudo. Essa observação é feita através do mecanismo que chamamos de Leituras Espaciais.

As Leituras Espaciais incluem diversos procedimentos trivialmente adotados pelos arquitetos nos seus trabalhos de projeto: elaboração de croquis, registros fotográficos, entrevistas informais e relatórios de observações circunstanciais. É uma técnica semelhante à da Observação Participativa, embora o caráter participativo não esteja presente, pois implicaria que o pesquisador se mudasse para os assentamentos a serem observados. Isso inviabilizaria o trabalho. Por outro lado, como se trata de desenvolver um método seguro para a identificação e análise de conflitos arquitetônicos, não há necessidade de se fazer uma Observação Participativa, pois conforme a teoria elaborada indica, os conflitos são evidentes, uma vez que o *unready-to-hand* é conspícuo. As Leituras Espaciais são técnicas bastante ecléticas de registro de informação e se baseiam apenas na convicção teórica de que um item de equipamento *unready-to-hand* provoca conflito na sua relação com o morador. Esse conflito precisa apenas ser detectado, por observações sistemáticas que cubram todos os recintos, todas as horas do dia e todos os dias da semana. Para cada sessão de Leitura Espacial deverá haver croquis dos espaços observados, fotografias, leiautes do mobiliário, descrições informais do local, relatos sobre as atividades que estavam sendo executadas

por ocasião da leitura e anotações sobre os comentários emitidos pelos usuários. Especial atenção deverá ser dada aos comentários, pois espera-se que eles sejam importantes fontes de informação no sentido de apontar para possíveis conflitos arquitetônicos. Elaborou-se então uma estratégia para a realização das Leituras Espaciais, que descrevemos em seguida.

Estratégia das Observações: não fazer perguntas

Existem dois métodos básicos para observar um fenômeno: observar empregando instrumentos e observar diretamente. A observação por meio de instrumentos é bastante usual nas ciências naturais. Os instrumentos fazem a mediação entre o observador e o fenômeno. As ciências sociais geralmente se utilizam de questionários como instrumentos de observação, pois fazer perguntas é a melhor maneira de obter informação sobre algum fato por nós desconhecido. Entretanto, só perguntamos o que na verdade já sabemos. Toda pergunta implica uma expectativa de resposta. Se pergunto "Você é casado?" é porque sei que existe casamento e que há a possibilidade de o respondente dizer sim ou não. Se o fato é totalmente desconhecido para mim, não vou saber sequer por onde iniciar minha abordagem e o que perguntar. Essa é a grande deficiência da técnica de aplicar questionários para investigar uma situação da qual queremos ter informações que nos são realmente desconhecidas. Não há como fazer as perguntas adequadas para a obtenção de respostas inusitadas.

Essa afirmativa se baseia no fato de que o homem, como 'ser-no-mundo', interage com o mundo circunspectivamente. Todos os comportamentos têm a estrutura de direcionar-se 'para': "directing-oneself-toward" (Heidegger, 1962). A fenomenologia chama essa estrutura de intencionalidade (Spiegelberg, 1975), que é o caráter apriorístico de um comportamento. Conseqüentemente, todas as ações, sejam concretas ou intelectuais, são intencionais e incorporam as experiências passadas. Não há o que se chama de atitude neutra. Sempre que perguntamos alguma coisa, a resposta é previsível; quando uma coisa é observada diretamente, o resultado da observação vem da própria observação e não é intermediado por uma expectativa anterior (embora seja relacionado com o conhecimento anterior que o observador possui da situação observada). As observações são, portanto, dependentes do contexto: o modo como um objeto particular se mostra aos nossos olhos depende dos instrumentos que escolhemos para observá-lo. O sujeito cognoscente – o observador – tem primeiramente que escolher os limites de sua incorporação ao fenômeno, isto é, tem que escolher o tipo de contexto observacional que ele deseja. Heisenberg, em 1929, escreveu bastante sobre a questão sujeito/objeto (observador/fenômeno observado) no campo da mecânica quântica. A expressão mais conhecida do caráter dependente de uma investigação com relação ao contexto da observação é o Princí-

pio da Incerteza, que relaciona o erro estatístico da medida de uma posição ao erro estatístico da medida do momento em que a observação foi feita.

No campo da arquitetura, Geoffrey Broadbent examinou as implicações que o Princípio da Incerteza teria no trabalho dos arquitetos. Segundo ele, o princípio da incerteza se aplica ao trabalho arquitetônico, uma vez que ele oferece evidências de que o ato de observar afeta o fenômeno observado. Assim, quando os arquitetos estão entrevistando as pessoas para colher dados a serem usados no projeto, as perguntas que eles fazem certamente modificarão os requisitos do cliente. Broadbent escreve:

Any experiment on human beings inevitably will add to their experience and the experiment itself will alter their perceptions. That will be true, even, of simply asking questions; the words which the questioner uses will be perceived by the subject and this will affect whatever responses he gives. (1973, p. 72)

Nota-se que Broadbent aceita a filosofia subjacente ao Princípio da Incerteza, que as observações dependem do contexto em que são feitas e que o olho do observador altera o fenômeno observado. Estendendo essa interpretação às pesquisas de campo, deve ser assumido que a presença dos pesquisadores irá alterar a cena observada, quer eles façam, ou não, perguntas às pessoas. Prevenir, pois, a pesquisa de campo de interferências pessoais é impossível. O que deve ser tentado é escolher instrumentos adequados e que possam minimizar as interferências. Por exemplo, há uma sutil diferença entre Observação Direta e aplicação de questionários quando se trata de estudar comportamento espacial (interação pessoa/objeto arquitetônico). Se o instrumento escolhido for um questionário para ver como as pessoas gostam de um espaço ou o rejeitam, a formulação das perguntas fatalmente estará impregnada de idéias preconcebidas de como as pessoas deveriam reagir diante de determinadas situações espaciais. No caso da Observação Direta, os fenômenos observados podem revelar facetas que jamais seriam antecipadas na feitura de um questionário. No caso de fenômenos previsíveis, não há problema em se usarem questionários, porque todas as possíveis respostas poderão ser antecipadas e o questionário irá funcionar adequadamente. Se queremos saber sobre quantidades ou sobre entidades mensuráveis, os questionários nos servem, por exemplo, para saber quantos ovos uma comunidade consome por semana ou quantas pessoas preferem viajar de carro em vez de avião. Por outro lado, se o fenômeno que se quer estudar tem algum grau de imprevisibilidade, os questionários já não nos ajudam muito, pois eles só podem ser elaborados com referência aos fenômenos previsíveis e não irão capturar o inusitado. Se queremos avaliar aspirações, felicidade, satisfação e outros fenômenos subjetivos, os questionários não oferecerão os dados

necessário para uma avaliação justa e abrangente, embora possam dar algumas pistas daquilo que realmente está acontecendo. Nos casos de avaliação de fenômenos subjetivos, a Observação Direta será mais capaz de capturar as facetas do fenômeno que jamais seriam reveladas por questionários. Além do mais, no caso específico da arquitetura, a percepção espacial do observador desempenha um importante papel na interpretação do que está sendo observado. Entretanto, é preciso ter em mente que a observação, seja direta, seja por instrumentos, altera o fenômeno observado, porque toda observação depende do contexto em que ocorre.

CONCLUSÕES

Neste ensaio tentamos demonstrar o quanto uma abordagem fenomenológica pode nos ajudar a entender — e distinguir — os atributos essenciais dos objetos arquitetônicos. Tentamos também demonstrar que é possível conhecê-los através da identificação dos seus negativos (dos defeitos, das ausências, que chamamos de 'conflitos arquitetônicos'). Fomos mais além, sugerindo como, através da observação sistemática, seria possível proceder a essa identificação.

Ficamos, entretanto, devendo ao leitor a demonstração da segunda hipótese: como Popper nos ajudaria a fazer melhores projetos. Como sua teoria poderia contribuir para a superação de uma das grandes dificuldades que o arquiteto encontra na formulação de um projeto arquitetônico, que é a de associar conceitos (enunciados verbais), diagramas organizacionais (enunciados gráficos) e configurações espaciais (enunciados plásticos).

Isso, entretanto, é uma outra história e ficará para um próximo ensaio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Christopher. *Notes on the synthesis of form*. Harvard: University Press, 1966.
- BACHELARD, G. *Poetics of space*. Boston: Beacon Press, 1969.
- BROADBENT, G. *Design in architecture*. London: John Wiley & Sons Limited, 1973.
- DOVEY, K. Home and Homeless. In ALTMAN, I., WERNER, C.M. (Ed.). *Home environments*. New York: Plenum Press, 1985, p. 36-61.
- DUNCAN, S. J. The House as a Symbol of Social Structure: Notes on The Language of Objects Among Collectivists Groups. In ALTMAN, I., WERNER, C.M. (Ed.). *Home environments*. New York: Plenum Press, 1985, p. 133-149.
- ELIADE, M. *The sacred and the profane*. New York: Harper and Row, 1961.

- GOMBRICH, E.H. **Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica**, Martins Fontes, São Paulo, 1995.
- HEIDEGGER, M. **Being and time**. Oxford: Basil Blackwell, 1962.
- HEIDEGGER, M. **Poetry, language, thought**. New York: Harper & Row, 1971.
- JONES, Christopher. **Design Methods Compared in Design Magazine**, 1968.
- KOROSÉ-SERFATY, P. Experience and Use of The Dwelling. In ALTMAN, I., WERNER, C.M. (Ed.). **Home environments**. New York: Plenum Press, 1985, p.65-83.
- LOOS, A. **Spoken into the void, collected essays 1897-1900**. Mass: MIT Press, 1982.
- MALARD, M.L. **Brazilian low cost housing: interactions and conflicts between residents and dwellings**. University of Sheffield, 1992. (Tese, Doutorado)
- MALARD, M.L. **Memorial**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1995. (Memorial de concurso para Professor Titular)
- POLLIO, V. **Ten books on architecture**. Dover: Pubns, 1960.
- POPPER, K. **Toute vie est résolution de problèmes**. Paris: Actes Sud, 1997.
- POPPER, K. **The logic of scientific discovery**. London: Hutchinson & Co., 1959.
- POPPER, K. **The poverty of historicism**. London: Routledge and Kegan Paul, 1957.
- RAPOPORT, A. **House, form and culture**. London: Prentice-Hall Inc, 1969.
- RAPOPORT, A. **The meaning of the built environment**. Beverly Hills: Sage, 1982.
- SIMMEL, A., Privacy is not an isolated freedom. In: PENNOCK, J.R. & CHAPMAN, J.W. (Ed.), **Privacy**. New York: Atherton Press, 1971.
- SPIEGELBERG, H. **Doing phenomenology**. The Hague: Martinus Nijhoff, 1975.
- WEIGERT, A. J. **Sociology of everyday life**. New York: Longman, 1981.